



A Europa Aberta e as suas Fronteiras

Alberto Martins

Deputado à Assembleia da República

1. Até ao final dos anos sessenta do século XX, Portugal exibia vários títulos que o distinguiam pela negativa da maior parte dos países europeus ocidentais. O mais antigo e durável império colonial ultramarino, o único, aliás, ainda existente. A mais longa ditadura pessoal moderna. O país com as mais elevadas taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil, com a mais jovem população, com a mais elevada natalidade e a mais baixa esperança média de vida à nascença. O menor número de médicos e de enfermeiros por habitante. A maior população agrícola e a menor taxa de industrialização. O menor número de alunos no ensino básico e de estudantes no ensino superior. O menor número de pessoas abrangidos pelos sistemas de segurança social.

Segundo os Censos oficiais de 1960, em Portugal apenas 28% das habitações dispunham de água canalizada (hoje 87%); duche ou banho, 19% (hoje - 82%); instalações sanitárias, 42% (hoje - 89%); electricidade, 41 % (hoje - 98%); esgotos, 38% (hoje - 91 %).

A taxa de analfabetismo caiu de 40%, em 1960, para 8%, em 2000. A mortalidade infantil caiu 87% desde os anos 60.

É possível que, em qualquer *ranking* que hoje se elabore, Portugal ocupe o último lugar num ou noutro indicador de desenvolvimento. Mas já não é assim em todos os casos, nem sequer na maior parte. E, mais importante: os indicadores sociais estão hoje muito mais próximos das médias europeias. Este processo extraordinariamente rápido de desenvolvimento resultou de duas opções colectivas tomadas nos últimos 33 anos no que respeita ao rumo do país, da vida pública e das instituições.

Uma, matricial, em 25 de Abril de 1974, afirmou a Liberdade e o Estado de Direito Democrático, rompeu com as colónias, fundando um regime democrático plural dotado de um Estado Social assente em serviços públicos universais. A outra, em 1985, a opção pela Europa, constituiu uma opção pela melhoria do padrão de desenvolvimento, pela abertura dos mercados, da economia e da vida portuguesa ao espaço europeu. A abertura ao exterior, ao comércio livre, à emigração, ao turismo e à integração europeia, esteve e está na origem das mais importantes transformações verificadas no nosso país.

A rapidez da mudança, associada à posição periférica de Portugal e à escassez geral de recursos, está, contudo, por detrás de desequilíbrios entretanto criados. Ao fim de quarenta anos de evolução acelerada, o país mostra níveis ainda baixos de produtividade, falta de capital, falhas na organização empresarial e escassez de recursos financeiros públicos, no quadro da necessidade de proceder à consolidação sustentável das contas públicas.

Pela primeira vez na sua história recente, a vida económica, social e política portuguesa está umbilicalmente ligada à da Europa ocidental, com a qual partilha os modelos de instituições e os padrões de desenvolvimento. O país deixou de constituir uma singularidade anómala no espaço europeu, revelando uma capacidade de adaptação significativa, notável após muitas décadas de paternalismo autoritário.

Todavia, os desequilíbrios e as insuficiências são ainda muito evidentes: nas estruturas produtivas, na eficácia da protecção social e na qualificação do capital humano e social. Existe hoje em dia um conjunto de défices que temos imperiosamente de ultrapassar: défices estruturais - na qualificação - no padrão de especialização produtiva - na protecção social- e na organização do Estado.

2. Três desafios fundamentais

A verdade é que não se vive no melhor dos mundos, nem em Portugal, nem na Europa. Muito há a fazer, nos planos nacional e europeu, para enfrentar os desafios específicos que o mundo contemporâneo nos coloca.

Um deles é sem dúvida o da globalização. Responder-lhe passa por procurar uma solução virtuosa para o triângulo formado pelas preocupações com o emprego, com o crescimento económico e com a justiça social. Deste ponto de vista, trata-se de aprofundar e levar a bom termo a Agenda de Lisboa.

Um área que ajudará a Europa a afirmar-se num mundo em acelerada globalização é a do conhecimento e da inovação, justamente um dos pontos cruciais da Estratégia de Lisboa. Assim, serão importantes medidas de apoio no campo da Investigação & Desenvolvimento, bem como a possibilidade de oferecer um ensino de qualidade em universidades de nível mundial, que possa, não só formar os europeus num patamar de excelência, como atrair estudantes de todo o mundo.

Hoje, num mundo caracterizado pela existência de novas ameaças e por uma percepção difusa do risco, o tema da segurança dos cidadãos ganha especial relevo. Neste domínio, temos de encontrar colectivamente formas de aumento da segurança pessoal dos cidadãos, no respeito pelo justo equilíbrio e defesa da segurança e da salvaguarda dos direitos e liberdades individuais. E em complemento, há que encontrar soluções para combater a imigração ilegal, nomeadamente, e isto é importante, num quadro de cooperação e entendimento com os países no exterior das fronteiras europeias.

3. A Nova Europa Social

E na verdade, este conjunto de preocupações requer um novo conceito estratégico de desenvolvimento e coabitação na Europa. Falamos de uma Nova Europa Social. No Congresso dos Partidos Socialistas Europeus, reunido no Porto em Dezembro passado, foi aprovado o relatório “A Nova Europa Social”. É importante lembrar aqui os princípios básicos que deverão comandar a renovação da agenda social na Europa nos próximos anos.

O compromisso da Europa para com a Justiça social é algo que nos distingue e distingue o espaço europeu. Como indica a resolução adoptada pelo Congresso do Porto, “somos o único continente que procura a justiça social e a competitividade como objectivos que se apolam mutuamente e não como objectivos que se excluem um ao outro”. Justiça social e competitividade económica não constituem - e não podem constituir - um jogo de soma-zero. Pelo contrário, a sua harmonização está na base do novo modelo de desenvolvimento que, na esteira da Agenda de Lisboa, procuramos e propomos para a Europa.

Esta aliança singular entre progresso económico e social deverá permanecer no coração da Europa, ser a sua marca genética e identitária. A solução para os desafios que hoje enfrentamos não está em menos políticas sociais, mas em melhores políticas sociais. Por isso, a premissa fundamental da acção política futura é a da renovação e reforma dos Estados-Sociais europeus. Para que possam existir não apenas hoje ou amanhã, mas daqui a 20, 30 ou 40 anos.

E quais são os parâmetros fundamentais de tal modelo? O *New Deal* que propomos para a Europa assenta num equilíbrio novo entre direitos e deveres para os governos, para as empresas e para os cidadãos. Que se caracterizam nas seguintes opções programáticas.

O pleno emprego é uma escolha política assumida, enquanto a melhor via para tornar as sociedades europeias mais inclusivas e prósperas.

Escolhemos investir nas pessoas, em todas as pessoas, e não apenas em criar oportunidades para os já qualificados. Porque investir nas pessoas através da educação, formação e qualificação profissional é um instrumento insuperável no combate à exclusão social.

Neste modelo de sociedade inclusiva, ninguém pode ser deixado para trás. Aqueles em maior risco de exclusão (os mais velhos - os desempregados de longa duração - as mulheres - os mais jovens - as minorias étnicas - os pouco qualificados - os que sofrem de múltiplas formas de desvantagem) exigem um renovado compromisso de combate à pobreza que lhes assegure melhores perspectivas de inclusão e participação.

A quem diz que os cuidados infantis são uma questão privada e nada mais, nós respondemos com um enfático «não!» Cuidados infantis universais, de alta qualidade, a preços razoáveis e acessíveis para todos são a nossa solução alternativa.

Problema essencial, também ele, nas sociedades democráticas, é o papel das mulheres. A democracia, a vida pública, ou a paritária ou não será totalmente democrática. Apesar dos inegáveis progressos, subsistem desigualdades entre homens e mulheres, no acesso a cargos políticos e governativos, na vida doméstica e na vida profissional, que têm de ser atalhadas, em nome de um imperativo ético e moral, mas também como forma de reforçar a democracia e assegurar às famílias níveis mais elevados de bem-estar.

O diálogo social não pode ser esquecido. O trabalho é uma parte essencial da vida em sociedade. Os governos têm de encontrar maneiras de reforçar o diálogo orgânico com as organizações do mundo sindical, tanto do ponto de vista de evitar a derrapagem para formas inorgânicas de protesto, como para associar e co-responsabilizar os actores-chave nas inúmeras reformas que têm que ser concretizadas.

Mas a diversidade da Europa é o seu trunfo indestrutível. A integração de todos, independentemente da sua nacionalidade, etnia, raça, género sexual, religião ou orientação sexual, faz a força da Europa. Correspondentemente, a xenofobia e o ódio em relação às minorias e aos imigrantes são eticamente inaceitáveis e a sua exploração política moralmente errada. Dito isto, não significa que a Europa não tenha de se dotar de políticas adequadas para lidar com as migrações, contrariando a imigração ilegal na sua raiz.

Contudo, para que tenhamos sociedades sustentáveis, temos de fazer alguma coisa, e já, em relação às alterações climáticas. A prevenção das alterações climáticas e uma política energética sustentável não são contrárias aos esforços de justiça social e de progresso económico, pelo contrário. A Europa deve assumir uma posição liderante no cumprimento do Protocolo de Quioto e na definição do combate pós-Quoto.

Por fim, sublinhe-se que a Europa é mais do que um mercado. Ambicionamos uma Europa que combine harmoniosamente competitividade, cooperação e solidariedade. Amputada de qualquer destas dimensões, a Nova Europa Social não funciona, gerando desigualdade, exclusão, desemprego, alheamento, e xenofobia e, inevitavelmente, desagregação e fraqueza política.

As novas realidades da Europa são já por demais evidentes: uma Europa alargada, transformada pelas novas tecnologias e pelo conhecimento; uma Europa onde as pessoas vivem mais tempo e com mais saúde. Mas também uma Europa que tem deixado milhões no desemprego, socialmente excluídos, na pobreza e vivendo numa profunda incerteza em relação ao seu futuro.

É por isso que, se quiser preservar os seus valores, a Europa deverá reformar e modernizar as suas políticas.

4. *Europa futura*

A Europa é e deve continuar a ser um espaço de democracia, de liberdade, de tradições cívicas e de coesão social e territorial.

O que desejamos para a Europa futura? Fazendo nossas as palavras do politólogo Philippe Schmitter no *Livro Verde sobre o Futuro da Democracia na Europa* para o Conselho da Europa (Março de 2005), diríamos que com o fim do Muro de Berlim a Europa “tornou-se e assim deve permanecer uma zona alargada de “paz perpétua” dentro da qual todas as comunidades políticas que a compõem podem esperar resolver os suas inevitáveis diferenças de interesses de forma pacífica através da negociação, compromisso e concertação”.

Mas duas ameaças-gémeas, embora simétricas, palram sobre o espaço civilizacional europeu: o fanatismo e a indiferença. São ambos sintomas novos de uma enfermidade antiga: a anomia cívica.

Olhemos primeiro o fanatismo. Ainda ontem, o jornal Público oferecia um pequeno livrinho de ensaios do escritor Amos Oz intitulado *Contra o Fanatismo*. Diz ele que “o semente do fanatismo brota ao adoptar-se uma atitude de superioridade moral que impeça a obtenção de consensos”. “A essência do fanatismo reside no desejo de obrigar os outros a mudar. [H] O fanático é uma das mais generosas criaturas. O fanático é um grande altruísta. Está mais interessado nos outros do que em si próprio. Quer salvar a nossa alma, redimir-nos. Livrar-nos do pecado, do erro, do tabaco, da nossa fé ou da nossa carência de fé. Quer melhorar os nossos hábitos alimentares, ou curar-nos do alcoolismo e do hábito de votar. O fanático morre de amores pelo outro”.

Mas, verdadeiramente, o fanatismo, a intolerância em todas as suas formas e em todos os seus disfarces, é tudo aquilo contra o qual a Europa sempre se fez - e fará.

Olhemos por momentos a questão da indiferença em relação à participação política. Deste

ponto de vista, Portugal pode ser dado como caso paradigmático de uma tendência comum a todas as democracias europeias, posto que possua traços peculiares que importa ressaltar.

Eleição após eleição, referendo após referendo, os elevados níveis de abstenção revelam um preocupante desinteresse dos eleitores em relação aos actos eleitorais. Isto constitui um sinal seguro de distância e a marca de um certo estranhamento. A elevada abstenção é, de resto, apenas um dos indicadores deste fenómeno preocupante, mas existem outros.

Aquilo que sabemos é que os portugueses estão satisfeitos com a democracia enquanto regime, embora se mostrem descontentes com o seu funcionamento e insatisfeitos com os seus resultados.

Por um lado, o nível de identificação partidária expressa pelo eleitorado em relação à oferta partidária disponível baixou ao longo dos anos '90.

Por outro, existe um forte sentimento de falta de eficácia política. Segundo os estudos disponíveis, 71 % da população pensa que os governantes deviam ouvir os cidadãos antes de tomarem decisões, apenas 7% pensa que isso acontece na realidade. Apenas 1,5% pensa que compete aos governantes governar e aos cidadãos obedecer, mas 66% pensa que é essa a visão que os governantes têm na sua prática.

No fundo, os portugueses sentem-se «distantes do poder». Segundo um estudo de Villaverde Cabral (2000), o sentimento de distância ao poder manifestado pelos portugueses seria hoje (1997: 86%), paradoxalmente, maior do que durante a ditadura (1968: 63%). Este sentimento de distância é ainda mais elevado entre as mulheres, que se vêem pouco representadas nos lugares de topo dos vários segmentos de poder.

Esta distância é ainda reforçada no caso da participação europeia. A *civitas* (cidadania) europeia é acompanhada de um sentimento de distância e de falta de escrutínio da *polis* (cidade) democrática europeia, ainda em construção, é certo, mas já decisiva na vida quotidiana dos europeus.

Poder-se-ia supor que a redução da participação eleitoral e o visível afastamento dos cidadãos face à actividade política e partidária seriam compensados, como sucede noutras democracias europeias, por níveis elevados, ou sequer satisfatórios, de participação cívica. Mas não é o caso. A taxa de pertença a organizações cívicas é reduzida entre nós, sendo os números ainda inferiores quando falamos de taxa de actividade.

Em suma, ao afastamento, segue-se o desencanto; e a este, quem sabe, a desafeição. Isto resulta da disparidade sentida como brutal entre, por um lado, a persistente convicção na democracia e na promessa fundadora contida no regime democrático, e, por outro, os frutos concretos desse regime, vistos como ficando, muitas vezes, aquém das expectativas.' Sublinhe-se que o mesmo se poderia dizer, *mutatis mutandis*, da ideia de construção europeia, do pós-guerra ao recente alargamento.

Ora, aqui espreita o perigo. Há que combater a litania demagógica e populista contra os políticos e contra os partidos políticos e pugnar pela ideia e pela prática da política enquanto actividade nobre, séria e digna.

Mas aqui talvez espreite, também, uma oportunidade. O desencantamento pode ser o caminho mais rápido para formas de participação populistas - ou pode ser uma janela, uma esperança para uma acção reformista consciente e estrutural.

5. Reformar é melhorar o futuro

As dificuldades enfrentadas hoje pelos partidos políticos e pelos parlamentos nacionais na Europa chamam mais do que nunca a atenção para a necessidade de gerir a mudança de uma forma a um tempo eficaz e justa. Como tudo o resto, os partidos e as democracias devem reformar-se se quiserem sobreviver com carácter de futuridade nas condições muito exigentes do mundo contemporâneo.

As democracias liberais europeias vivem hoje uma condição bem conhecida ao longo da história: a de uma permanência que só através de sucessivas mudanças poderá subsistir. A sua longevidade está dependente da capacidade para institucionalizar dispositivos . flexíveis capazes de gerir a tensão entre os elementos de «tradição» e da «modernidade», nomeadamente pela absorção dos movimentos de protesto e de inovação.

E é este, precisamente, o ponto referencial adoptado por Philippe Schmitter no já citado Livro Verde sobre o futuro da democracia na Europa. Na verdade, não basta a paz. Diz Schmitter: "É nossa premissa que a democracia só pode, não meramente viver com a paz, mas florescer com ela -

se, todavia, puder aprender a reformar as instituições e as práticas de uma forma atempada e concertada”.

Quase vinte após a adesão de Portugal à então. CEE, importa melhorar o processo de decisão interno em matéria europeia. Não basta o referendo para reforçar a base democrática de apoio à construção europeia. É essencial assegurar a participação permanente da representação democrática e da sociedade civil no processo de decisão.

A propósito, o Programa de Governo do Partido Socialista enumera três prioridades. o “reforço do controlo parlamentar sobre a acção governativa, designadamente nas matérias que na ordem interna são da competência reservada da Assembleia da República”.

Assegurar “a participação dos diferentes parceiros sociais, e da sociedade civil em geral, de modo a assegurar a plena informação, a antecipar oportunidades e dificuldades, e a beneficiar plenamente das vantagens de participar no mercado único”.

Criar “condições que favoreçam a convergência de posições entre os diferentes agentes políticos e sociais, e modo a permitir uma acção articulada nos diversos espaços de intervenção na defesa das posições em com um identificados como. correspondendo ao interesse nacional”.

Dando resposta à primeira das prioridades, e no âmbito da reforma e modernização do sistema político, a Lei 43/2006 de 25 de Agosto, cumprindo os preceitos constitucionais, incide sobre o processo de pronunciamiento da Assembleia da República sobre iniciativas de órgãos da União Europeia respeitantes a matéria de competência legislativa da Assembleia da República, o acompanhamento e apreciação pela Assembleia da República da participação de Portugal no processo de construção Europeia, e bem assim, regule o processo de designação dos membros dos órgãos da União Europeia e dos candidatos portugueses ao exercício das funções de juiz e de altos cargos em tribunais internacionais.

O processo de evolução da construção europeia e a conseqüente transferência de competências nacionais para a União Europeia exigia à Assembleia da República uma reformulação das formas de acompanhamento e fiscalização do Governo, que ora se concretizou, para superar um continuado défice democrático no relacionamento institucional.

Esta solução vem ao encontro do dispositivo constitucional de participação da Assembleia no processo de decisão que incida sobre matérias que, se fossem objecto de legislação interna, recairiam na sua esfera de competência reservada, bem como da avaliação da aplicação pelas instâncias europeias do princípio da subsidiariedade.

A nova lei define a forma como a Assembleia emite parecer nas referidas circunstâncias, bem como no que respeita ao acompanhamento e apreciação do processo geral de construção da união europeia.

Outra matéria em que a intervenção da Assembleia da República é ampliada é a da selecção, designação e nomeação de titulares de cargos e altos responsáveis da União Europeia, com excepção da Comissão.

Fica, assim, concretizado um dos objectivos primaciais das bases programáticas, depois vertido no Programa de Governo: o novo papel das assembleias parlamentares no quadro europeu e nacional, enquanto lugar do debate democrático e do processo de deliberação política. Este papel deve ser reforçado, porém, recorrendo aos processos de participação política oferecidos pelas novas tecnologias, tendo em vista o aprofundamento da transferência e da responsabilidade democráticas.

E é este também, deve notar-se, o sentido genérico da proposta de Reforma do Parlamento que já apresentado pelo Partido Socialista e que será depois discutido com os restantes grupos parlamentares, de forma a que esteja em vigor já no início da próxima sessão legislativa.

6. Novo Tratado Institucional

No curto prazo, temos o desafio de assegurar a ratificação de um novo Tratado. O necessário reforço da legitimação democrática do processo de construção europeia exige que a aprovação e ratificação do Tratado seja precedida de referendo popular, amplamente informado e participado, na sequência de uma revisão constitucional já, feita que permite aos portugueses responder a uma questão clara, precisa é inequívoca, sobre a “apreciação do Tratado que vise a construção e aprofundamento da União Europeia”.

A participação no núcleo estruturante do processo de construção europeia exige também que Portugal esteja preparado para integrar todas as dinâmicas de aprofundamento que o novo

Tratado perspective, designada mente nas políticas externa, de segurança e defesa, e de construção do espaço de liberdade, segurança e justiça, tal como no passado integrámos desde a primeira hora os núcleos fundadores de Schengen e do Euro.

No plano externo, sem quebra de coesão ou de autonomia, a União deve reactivar o diálogo euro-atlântico, enquanto condição e método para a resolução das questões mais graves da actualidade, ao mesmo tempo que desenvolve meios próprios de afirmação. O reforço das relações da U .E. com a América Latina, nomeadamente com o Mercosul, e com África inscreve-se, naturalmente, nesta nova abertura de que a Europa necessita.

Em síntese, a participação de Portugal na União Europeia passa por consolidar o aprofundamento do projecto europeu e fortalecer a coesão europeia, aumentar o contributo da União a favor da segurança e da paz e assegurar condições adequadas para a modernização e afirmação de Portugal no mundo contemporâneo.

7. Conclusão

Esta conferência sobre o futuro da Europa foi dedica da ao tema genérico da Europa e das suas fronteiras.

Já lá vai o tempo em que os impérios cultos e civilizados se defendiam dos povos bárbaros construindo gigantescas muralhas, como a Muralha de Adriano ou a Grande Muralha da China.

Ora, hoje, devemos não apenas destruir as muralhas físicas, como aquelas outras que resistem de pé no interior das nossas sociedades, nos nossos hábitos arreigados, porventura nos nossos espíritos. Os muros da exclusão, do desemprego, da pobreza e do preconceito de qualquer género têm que ser erradicados.

Acabou o tempo da Europa fortaleza, de qualquer Muro de Berlim, sitiada, defensiva e segregadora. A Europa tem de ser uma encruzilhada, um espaço de liberdade e justiça, um local onde as pessoas se encontram em liberdade, para se exprimir, para comerciar, para viver. Um espaço inclusivo e coeso. Um espaço de direitos, liberdades e garantias, mas também de responsabilidade e de solidariedade. Um império da lei democrática. Só assim a Europa poderá fazer sentido no futuro. E só assim a Europa terá um futuro no futuro.